

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023**  
(Do Sr. EMANUEL PINHEIRO NETO)

Requer, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhado a sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Educação pedido de informação acerca da viabilidade da implantação de diretrizes que subsidiem a aplicação da Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que “Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem”.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação acerca da viabilidade da implantação de diretrizes que subsidiem a aplicação da Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que “Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**, “Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem”.



Considerando a relevância desta legislação no contexto educacional e o papel fundamental do Conselho Nacional de Educação na orientação e regulamentação das políticas educacionais no Brasil, gostaria de solicitar as seguintes informações:

- 1) Qual a posição do Ministério da Educação, via Conselho Nacional de Educação, em relação à criação de diretrizes específicas para o atendimento aos estudantes com dislexia e outros transtornos de aprendizagem, conforme estabelecido na Lei nº 14.254/2021?
- 2) O Conselho Nacional de Educação possui planos ou propostas para a elaboração de uma resolução que estabeleça tais diretrizes? Em caso afirmativo, quais são os prazos e os procedimentos previstos para sua implementação?
- 3) Considerando a Resolução Normativa nº 005/2022/CEE-MT, anexa a este requerimento, como exemplo de ação em âmbito estadual, o Conselho Nacional de Educação está considerando a adoção de medidas semelhantes em nível nacional?

Em face do exposto, solicito, ainda, que as respostas a este requerimento sejam fornecidas de forma clara e completa, preferencialmente por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta solicitação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO

2023-17588

